

Senadinho acaba, mas parlamentares mantêm passagens para estados e Rio

Cota não usada acaba sendo negociada até por viagens ao exterior nas férias

Rudolfo Lago

• BRASÍLIA. A extinção do Senadinho pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), não foi o suficiente para encorajar o Congresso a abolir as cotas de passagem para que todos os parlamentares possam ir quatro vezes por mês a seu estado, passando duas vezes pelo Rio. Só a escala no Rio custa R\$ 5 milhões à Câmara. Estabelecidas na época em que o Governo ainda se dividia entre Brasília e o Rio, as cotas acabam sendo negociadas com as companhias aéreas, até mesmo por viagens ao exterior com a família nas férias.

— Não há mais justificativa para isso. O exercício da função parlamentar não exige mais que o parlamentar fique viajando para o Rio. Isso deve ser modificado — critica o terceiro-secretário da Câmara, Jaques Wagner (PT-BA).

A Terceira Secretaria é a responsável pela distribuição das cotas de passagens, critério estabelecido por ato da Mesa em 1971, quando boa parte dos ór-

gãos públicos ainda estava no Rio. Esse ato estabeleceu que os deputados têm direito, de março a dezembro, a duas passagens, ida e volta, de Brasília à capital do seu estado. E a receber mais uma passagem de Brasília ao seu estado passando pelo Rio, na ida e na volta. E ainda a outra apenas de Brasília para o Rio.

Cota extra é paga mesmo nos meses de recesso

Em janeiro e fevereiro, nos meses em que o Congresso normalmente estaria em recesso, eles devem receber mais duas passagens de Brasília à capital do seu estado. Por conta desses constantes deslocamentos ao Rio nos primeiros anos após a construção de Brasília, é que foi criado o Senadinho, uma estrutura para atender aos parlamentares que estivessem na cidade. Antônio Carlos entendeu que essa estrutura, mais de 30 anos depois da fundação de Brasília, já não era mais necessária. Mas as passagens para o Rio continuam.

A soma dessas passagens para

o Rio e para as capitais gera uma cota mensal que a Diretoria Geral da Câmara calcula para cada estado. A cota mais alta é para os deputados de Roraima: R\$ 5.400 mil. Mesmo os deputados do Distrito Federal, que moram em Brasília, acabam recebendo R\$ 1.300 por mês para viajar ao Rio. E os deputados do Rio recebem R\$ 2.700 mil para ir a Brasília. De janeiro de 98 a 19 de fevereiro deste ano, de acordo com a Assessoria de Orçamento, foram gastos R\$ 23 milhões.

Parlamentares têm cartão de crédito das companhias

Essa cota não é repassada em dinheiro para os parlamentares: é um crédito nas companhias aéreas. Cada deputado ou senador tem de cada companhia aérea um cartão de crédito para comprar os bilhetes. Dentro do limite da cota, a companhia cobra a despesa da Câmara ou do Senado. Como os deputados e os senadores não viajam tantas vezes ao Rio, acabam não gastando a cada mês toda a cota a que têm direito.

Muitas vezes, os parlamentares não viajam o número de vezes previsto mesmo para seu estado. Mas a diferença não significa economia para o Congresso. Fica como um crédito que o parlamentar passa a ter com a companhia aérea. Esse crédito acaba se transformando em novas passagens aéreas. Deputados que têm avião particular economizam o crédito para fazer viagens ao exterior no fim do ano. Há deputados do PT que negociam com o partido o pagamento em passagens da contribuição de 30% do salário que o partido lhes cobra. Outros, como o próprio Wagner, repassam passagens extras para sindicatos ou organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Desconto no preço acaba gerando crédito extra

E há outras formas de lucro para os parlamentares. O cálculo da cota é feito a partir do valor da tarifa cheia cobrada pela companhia aérea. Se o deputado consegue um desconto de 40%, esse desconto gera novo crédito. ■